



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 361

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

1.1 Identificação do requisitante:

Órgão Requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
Área(s) Requisitante(s):	S/SUBG/CIL
Endereço da Requisitante:	Rua Afonso Cavalcanti, 455, Cidade Nova - RJ
Área responsável pela consolidação da demanda:	S/SUBG/CIL/GI
Matrícula do Responsável:	11/219.075-9
E-mail do Responsável:	cil.pcrj@gmail.com
Telefone do Responsável:	(21) 97314-1532
Data:	23/01/2025

1.2 Detalhamento do objeto: Constitui o presente, aquisição de Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento, código SIGMA 8540.02.005-88, código BR 224638 e Papel higiênico em folha simples, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento, código SIGMA 8540.02.026-02 e código BR 233648, a fim de atender as necessidades das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

1.3 Quantidades, descrição e codificações do objeto: A quantidade demandada foi definida pelos órgãos requisitantes, tomando por base as necessidades de cada órgão. A estimativa foi retirada do Documento de Formalização de Demanda (DFD). Segue abaixo quadro de itens com codificações, especificações e quantidades considerando a medida sendo a própria unidade do material:

DESCRIÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADE ESTIMADA						
Item	Código SIGMA	Código BR	Especificação	Unidade de medida/ fornecimento	Quantidade Total Estimada (Anual + IST de 25%)	Participação
1	8540.02.005-88	224638	Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento.	Unidade	911.439	Ampla concorrência
2	8540.02.005-88	224638	Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento.	Unidade	101.271	Reserva de cota ME/EPP
3	8540.02.026-02	233648	Papel higiênico em folha simples, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento.	Unidade	460.876	Ampla concorrência

4	8540.02.026-02	233648	Papel higiênico em folha simples, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento.	Unidade	51.209	Reserva de cota ME/EPP
---	----------------	--------	---	---------	--------	------------------------

1.3.1 As entregas deverão ser realizadas nos endereços das Unidades de acordo com o **ANEXO I**;

1.3.2 As entregas ocorrerão de forma descentralizada e parcelada, conforme necessidade das Unidades requisitantes, seguindo a Planilha de Distribuição disposta no **ANEXO II**, tendo o prazo de 30 dias para entrega após a assinatura de instrumento pertinente.

1.3.2.1 O fornecimento não possui entrega integral, possui entrega imediata e não possui obrigação futura, incluindo assistência técnica.

1.4 Natureza do objeto: Bem comum de acordo com o Art. 2º, Inciso II do Decreto nº 51.078/2022 e nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência (TR), por meio de especificações usuais do mercado.

1.5 Prazo da ATA e possibilidade de prorrogação: O prazo da Ata é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada de acordo com o prescrito para o tema na Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação técnica da aquisição e referência ao Estudo Técnico Preliminar (ETP):

O presente Termo de Referência (TR) foi construído com base em Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Fundamentação Técnica:

Por se tratar de item de higiene pessoal essencial na prevenção a propagação de germes e bactérias, o papel higiênico é usado para limpar a pele após o uso do banheiro, o que ajuda a evitar a contaminação cruzada. Sendo a sua importância ainda maior em locais públicos ou de grande circulação de pessoas, que é o caso das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Importância do papel higiênico: Prevenção à propagação de viroses, contribuir para a manutenção de padrões de higiene, ajudar a reduzir o risco de contaminação cruzada e garantir a higiene pessoal.

3. Descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto:

O ciclo de vida do objeto, neste caso, se define pela durabilidade do produto a ser adquirido, juntamente com a validade descrita pelo fabricante.

A solução como um todo trata do presente objeto como a escolha mais viável para atendimento da pretensão, qual seja a aquisição de Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento, código SIGMA 8540.02.005-88, código BR 224638 e Papel higiênico em folha simples, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento, código SIGMA 8540.02.026-02 e código BR 233648.

O presente caso traz aquisição com a utilização do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo este como finalidade registrar o preço do respectivo material, tratando-se de uma maneira de seguir os princípios da eficiência e da economicidade, atingindo um resultado mais vantajoso, observando os critérios mínimos de qualidade estabelecidos. (Art. 9º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto nº 51.078/2022).

4. Requisitos para aquisição:

4.1 Base legal: O presente procedimento segue sob a luz da nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021, Decreto Rio nº 51.078/2022, demais normativas aplicáveis ao tema em voga e suas atualizações ou alterações, tais como:

- **ABNT NBR15134 DE 12/2020 - Produtos de papel para fins sanitários - Parte 1: Papel higiênico de folha simples para uso doméstico** – Esta Norma especifica os métodos de ensaio a serem utilizados na avaliação da qualidade de papéis e produtos de papel para fins sanitários;
- **ABNT NBR15134-2 DE 08/2022 - Produtos de papel para fins sanitários - Parte 2: Papel higiênico de folha dupla para uso doméstico** – Esta Parte da NBR15464 estabelece a classificação e o método de ensaio para papel higiênico de folha dupla para uso doméstico, de acordo com características técnicas de qualidade mensuráveis;
- **ABNT NBR15464-1 DE 08/2022 - Produtos de papel para fins sanitários - Parte 1: Papel higiênico de folha simples para uso doméstico**

doméstico - Trata da classificação dos papéis para fins sanitários, apenas agrupa os produtos em determinadas classes, por meio de pontuação atribuída aos resultados dos ensaios individuais;

· **ABNT NBR 15464-2 DE 08/2022 - Produtos de papel para fins sanitários - Parte 2: Papel higiênico de folha dupla para uso doméstico** - Trata da classificação dos papéis para fins sanitários, apenas agrupa os produtos em determinadas classes, por meio de pontuação atribuída aos resultados dos ensaios individuais;

· **Resolução DC/ANVISA Nº 640 DE 24/03/2022** - *Dispõe sobre a regularização de produtos de higiene pessoal descartáveis destinados ao asseio corporal, que compreendem escovas e hastes para higiene bucal, fios e fitas dentais, absorventes higiênicos descartáveis, coletores menstruais e hastes flexíveis.*

4.2 Modalidade: Será adotada a modalidade pregão na forma eletrônica em conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e Decreto Rio nº 51.078/2022.

4.3 Critério de julgamento: Será adotado o critério de menor preço por item.

4.4 Sustentabilidade: Deverão ser seguidos os parâmetros de responsabilidade socioambiental devendo os critérios de sustentabilidade da demanda estarem alinhados à diretriz do art. 5º da Lei 14.133/2021, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.5 Justificativa para escolha da modalidade, do critério de julgamento e do modo de disputa atrelados a melhor proposta e ciclo de vida do objeto: Para a definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento, do modo de disputa indicando a adequação desta combinação e fundamentos utilizados para a escolha, segue justificativa:

A aquisição pretendida, descrito neste termo, como comum, é aquela cujos padrões de desempenho, e qualidade, podem ser objetivamente definidos pelo Edital/Termo de Referência (TR), por meio de especificações usuais de mercado (Art. 2º, Inciso II do Decreto nº 51.078/2022).

Será adotada a modalidade Pregão na forma eletrônica em conformidade com o Art. 17 da Lei 14.133/2021 e com o definido em Decreto nº 51.078/2022, Art. 1º, Inciso I, para o tema.

O mesmo Decreto em seu Art. 2º, Inciso I prescreve o pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, tema também tratado no Art. 4º, cujo critério de julgamento poderá ser o de “menor preço” ou o “maior desconto”, sendo o definido neste caso, o de menor preço por item.

O modo de disputa “**aberto e fechado**” é tratado no Art. 31, Inciso II e Art. 33 do Decreto nº 10.024/2019 e no Decreto nº 51.078/2022, no Art. 24, Inciso II, sendo cabível para o critério de julgamento de menor preço por item adotado neste Termo.

O ciclo de vida do objeto, neste caso, se define pelo próprio prazo de durabilidade do produto através da sua utilização e validade de acordo com a especificação do fabricante.

Portanto, a forma de combinação dos parâmetros de modalidade de Pregão na forma eletrônica, critério de julgamento de menor preço por item e modo de disputa aberto e fechado, traz a celeridade do primeiro, associada à ideia de aumentar a oportunidade de os licitantes por meio do envio de lances e propostas, permitindo à administração o atingimento do resultado mais vantajoso, observando os critérios mínimos de qualidade estabelecidos (Art. 9º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto nº 51.078/2022).

Vale dizer que o afirmado encontra motivação na necessidade de compreender o prescrito na Lei nº 14.133/2021 de forma concatenada e, não, como dispositivos desagregados. A análise para tal combinação deve ser feita de maneira a encará-la como um todo, para dar maior base para sua aplicação. Assim, a relação entre os parâmetros imprime maior solidez ao procedimento, resultando em eficiência, isonomia e economicidade para a contratação/aquisição, fomentando a ampliação da competição com melhores lances.

4.6 Justificativa da adoção do Procedimento Auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP):

Relacionada à adoção do sistema em voga, a justificativa se baseia no fato de que não haverá exaurimento da estimativa total na primeira compra por se tratar de regime de entrega parcelada e descentralizada de acordo com a necessidade das Unidades, além da questão da dotação orçamentária, com a definição do tema pela figura do Ordenador de despesas/Gestor que indicará de acordo com o aporte disponível o prosseguimento adequado.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca das vantagens da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), ao afirmar que tal sistema tem por objetivo a materialização da celeridade e da economicidade. Vejamos:

“A celeridade fica caracterizada pelo fato de não ser necessário orçamento prévio para a utilização do SRP. Assim, a Administração pode realizar a licitação e aguardar a liberação dos recursos para efetivar a contratação da empresa vencedora do certame. Esta vantagem toma maior relevância ao se considerar que, muitas vezes, o Congresso Nacional não aprova a Lei Orçamentária antes do final do exercício anterior.

A economia é decorrente, principalmente, da realização de um único certame licitatório para diversas contratações. Dessa forma, Marçal Justen Filho explica, in ‘Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, que, utilizando o SRP, ao se deparar com a necessidade de realizar aquisições reiteradas e contínuas de produtos semelhantes, a Administração não precisa realizar uma nova licitação para cada aquisição, bastando um único procedimento licitatório.

Pelas vantagens que o SRP apresenta, o Tribunal de Contas da União proferiu, por diversas vezes, recomendações/determinações a órgãos e entidades com o fim de estimular a utilização dessa sistemática. Dentre os Acórdãos proferidos pode-se citar: Acórdãos Plenário nºs. 158/2003, 1365/2003 e 214/2006; Acórdãos Primeira Câmara nºs. 1586/2003, 2366/2003, 2521/2003 e 2582/2005.”

Conforme exposto, no âmbito da União, a respectiva Corte de Contas reconhece e estimula que a sistemática do registro de preços seja adotada pelos órgãos e entidades cujas atividades estejam sob seu controle, em decorrência das vantagens apresentadas por tal sistema.

Ademais, como no enunciado, não haverá o esgotamento do total na primeira compra e a entrega se dará de forma parcelada e de acordo com a necessidade.

4.6.1 Das condições para o registro de preços

4.6.1.1 Definição de máximo e mínimo conforme cita o artigo 82, I e II da Lei nº 14.133/2021: O máximo se define pela própria estimativa total de cada item, em respeito ao critério de julgamento adotado de menor preço por item. Não há mínimo a ser cotado, considerando que cada item será cotado em sua totalidade, para que não haja qualquer risco de prejuízo ou comprometimento da demanda, até mesmo pelo cunho do material em questão que trata de condições básicas para a segurança e dignidade do paciente no atendimento de suas necessidades e dignidade, ressalvada a questão legal da reserva de cota ou cota exclusiva em caso de cabimento. A afirmação de não aplicação do mínimo a ser cotado, não afasta a utilização do procedimento auxiliar de Registro de Preços, considerando que, embora deva haver cotação de cada item em sua totalidade, não se esgotará o todo na primeira compra, pois a entrega se dará de forma parcelada, além de ser levada em conta a economia de escala para o feito.

4.6.1.2 Previsão da possibilidade de diferentes preços conforme cita o artigo 82, III da Lei nº 14.133/2021: Aplicável considerando a hipótese da alínea “c” do artigo em questão, já que para o mesmo item poderá haver cota para ME e EPP impactando o tamanho do lote e, consequentemente, gerando a possibilidade de preços diferentes para o item que restará em lotes de tamanhos diferentes. Vale ressaltar, para o presente ponto a exceção de não aplicação de diferentes preços em caso de se sagrar melhor classificada a ME ou EPP para a cota e para a ampla concorrência, devendo esta, igualar para os lotes provenientes do mesmo item o menor preço aplicado.

4.6.1.3 Previsão da possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme cita o artigo 82, IV da Lei nº 14.133/2021: Não aplicável, pois, embora, cada item seja considerado divisível para fins de atendimento à cota de ME e EPP (em caso de enquadramento para tal), a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo se mostra inviável, já que as estimativas totais de cada item, sejam por cota ou ampla concorrência, deverão ser atendidas por um fornecedor (levando em conta cada item), sob pena de prejuízo à economia de escala gerando maior dispêndio à Administração Pública e risco de não atendimento à demanda, não se confundindo com a justificativa exarada para o inciso II do mesmo artigo, porquanto o que aqui se vislumbra é o atendimento de cada item em sua plenitude e, não, a menor, embora a entrega venha a se dar de forma parcelada.

4.6.1.4 Da possibilidade de registro de mais de um prestador/fornecedor conforme cita o artigo 82, VII da Lei nº 14.133/2021: Será permitido o cadastro de reserva de fornecedor(es) que aceitar(em) cotar o objeto em preço igual ao do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, desde que observada(s) a(s) impossibilidade(s) de atendimento pelo primeiro colocado em qualquer dos casos elencados nos incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 79 do Decreto Rio nº 51.078, de 2022.

4.7 Amostras: Haverá cabimento para exigência de amostra, considerando envio do produto para avaliação por parte da área demandante visando atendimento e satisfação da necessidade, considerando a relevância do material para o atendimento das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

4.8 Apresentação de amostras: Cabe à administração, solicitar ao licitante melhor classificado a apresentação de amostra física do item ofertado, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra, através do chat do certame dentro do prazo de três dias iniciais.

4.9 Identificação da amostra: Cada amostra deverá conter, no mínimo, as seguintes informações de identificação na parte externa:

- a) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- b) Nome da empresa;
- c) Licitação n.º ____ / 202__;

- d) Item n.º _____;
- e) Lote Comercial n.º _____;
- f) Fabricante, Marca e Modelo.

4.10 Ausência de identificação da amostra: A ausência das identificações mínimas relacionadas à amostra na forma indicada no subitem anterior poderá ensejar a desclassificação da interessada.

4.11 Laudo microbiológico: A licitante melhor classificada deverá apresentar laudo microbiológico do fabricante, conforme RDC Nº 640, de 24 de março de 2022 e laudo do IPT ou de outro laboratório credenciado pelo Inmetro, comprovando as especificações técnicas de atendimento a norma ABNT 15134 e 15464. Ambos com data de emissão não superior a dois anos.

4.12 Critério de seleção do fornecedor e qualificação técnica: A seleção do fornecedor seguirá por Pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, objeto de natureza comum. Deverão ser entregues na etapa devida as amostras e documentações necessárias, a serem listadas em Termo de Referência (TR) para habilitação do fornecedor.

5. Modelo de execução do objeto para a aquisição, definindo como os resultados serão produzidos desde seu início até o seu encerramento: Itens a serem fornecidos pela Empresa visando os resultados pretendidos, com entrega em até 30 (dias) dias corridos, contados após assinatura pertinente. Assim, seguirá o atingimento de resultados, por se tratar de item de higiene pessoal essencial na prevenção a propagação de germes e bactérias, prevenindo à propagação de viroses, contribuindo para a manutenção de padrões de higiene, ajudando a reduzir o risco de contaminação cruzada e garantindo a higiene pessoal.

6. Modelo de gestão com apontamento da fiscalização da aquisição:

6.1 Obrigações do Fornecedor

- 6.1.1 Entregar o objeto deste Termo de Referência (TR) na forma e prazo estabelecidos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida, constando detalhadamente as informações necessárias, conforme proposta da empresa e obedecendo ao prescrito na descrição do produto;
- 6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de consumo, em estrita observância às especificações deste Termo de Referência (TR);
- 6.1.3 Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;
- 6.1.4 Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Fiscalização na entrega do objeto;
- 6.1.5 Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência (TR);
- 6.1.6 Garantir a qualidade do produto e a efetividade do fornecimento;
- 6.1.7 A Empresa deverá fornecer o produto de acordo com a solicitação, através de ordem de fornecimento, consubstanciada em ofício, que deverá conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição;
- 6.1.8 O produto deverá ser entregue acondicionado adequadamente em embalagem original, contendo: procedência, marca, prazo de validade, entre outros (no que couber), e de acordo com a legislação em vigor, observadas as suas especificações;
- 6.1.9 As empresa(s) deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e às suas expensas, proceder à substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência (TR).

6.2 Obrigações da Administração e Fiscalização

- 6.2.1 Acompanhar, verificar, fiscalizar e intervir, para assegurar a fiel observância de suas cláusulas, bem como o que consta das especificações deste Termo de Referência (TR);
- 6.2.2 Fiscalizar a entrega dos materiais através de servidor especialmente designado para este fim por intermédio do Gestor, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- 6.2.3 O Fiscal deverá comunicar à Autoridade Superior, quaisquer ocorrências passíveis das sanções administrativas prevista em Termo de Referência (TR) e Edital e que ultrapassem a sua competência;
- 6.2.4 Verificar, fiscalizar e intervir quando do recebimento da fatura discriminativa quando constar alguma discrepância em relação à aquisição em desconformidade ou relacionado às diferenças entre o estabelecido e o entregue;
- 6.2.5 Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste documento;
- 6.2.6 Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste documento.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 Sanções:

7.1.1 A recusa em retirar e/ou formalizar o Instrumento cabível e/ou pelo descumprimento total ou parcial do Termo de Referência, caracterizando inexecução total ou parcial, o fornecedor, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal que couber garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades previstas na legislação vigente, com base no art. 156 e demais pertinentes da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2 Glosas:

7.2.1 Entende-se por glosa o desconto a ser efetivado em razão dos descumprimentos dos itens citados neste Termo de Referência (TR) e Edital Licitatório, a critério da autoridade competente.

7.2.2 A glosa não se confunde com as retenções e sanções a serem aplicadas eventualmente.

7.2.3 As glosas serão efetivadas por meio de desconto na nota fiscal (antes de sua emissão) ou por meio de carta de desconto (após a emissão da nota fiscal).

7.2.4 Sem o desconto das glosas na fatura, os processos não poderão ser liquidados.

7.2.5 Em caso de descumprimento das cláusulas deste Termo de Referência (TR), independente de eventuais glosas a serem aplicadas, poderá haver retenção pelos seguintes critérios:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

- A qualidade da execução da entrega será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo;
- Quando os indicadores resultarem em valor acima de 06 (seis) pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita neste Termo de Referência;
- A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto, situação sujeita a sanções administrativas;
- As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma acumulativa;
- O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa serão comunicados pelo fiscal, por meio de notificação formal, a então fornecedora, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar;

INDICADOR	
SOMATÓRIO PONDERADO DE OCORRÊNCIAS (IRREGULARIDADES) APRESENTADAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir que a entrega ocorra conforme especificações do Termo de Referência.
META A CUMPRIR	Fornecimento de 100% do quantitativo dentro das especificações do TR.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Planilha de controle de ocorrências.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificar as datas das ocorrências.
PERIODICIDADE	De acordo com a entrega.
FORMA DE CÁLCULO	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
INÍCIO	Data definida para entrega.
FAIXAS DE GLOSA NO PAGAMENTO	Até 2 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa.
	De 3 à 4 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF.
	De 5 à 6 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF.
	Acima de 6 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa, de 10% sobre o valor da NF.

OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
------------	----------	-----------	-----------------------------	-----------------

Modificação na data da entrega sem prévio aviso.	Condicional à verificação pelo fiscal ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.	1		
Fornecimento em desconformidade com o determinado em Termo de Referência.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
Deixar de substituir os itens com defeito ou avarias detectados no fornecimento	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na data.	2		
Recusar-se a executar a entrega, sem motivo justificado ou determinação formal.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução.	2		
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência (TR) não especificada nesta tabela	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
TOTAL				

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor e pertinência da área técnica – qualificação técnica: A seleção do fornecedor seguirá por Pregão Eletrônico (PE), com critério de julgamento de menor preço por item. Deverão ser entregues na etapa devida as amostras e documentações necessárias, conforme descrito abaixo:

- Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando capacidade de fornecimento pertinente e compatível com o objeto da aquisição, considerando 25% (vinte e cinco por cento) do total de unidades;
- Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pela(s) Contratada(s), desde que sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto a ser adquirido;
- A empresa declarada vencedora provisoriamente de melhor oferta deverá enviar amostra do produto para aprovação, para endereço Rua Afonso Cavalcante nº 455, 8º andar, sala 814, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20211-110 - S/SUBG/CLA/GL no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra, através do chat do certame dentro do prazo de três dias iniciais;
- Caberá à empresa encaminhar informações prestadas pelo fabricante através de impressos ou descritivos que devam acompanhar o produto;
- Inclusive em se tratando de validade, no que couber e dentro das especificações do fabricante, deverá constar informação em embalagem.

8.1 Justificativa para a exigência da qualificação técnica com indicação da parcela de maior relevância do objeto:

As exigências levantadas são as necessárias e suficientes para que seja realizada a análise por parte da área técnica que aqui subscreve, dentro dos padrões estabelecidos para o fornecimento, com a indicação de maior relevância abrangendo 25% (vinte e cinco por cento) concernentes à aquisição pretendida como o mínimo para comprovação de capacidade de fornecimento e pertinência com o objeto, considerando Papel higiênico em folha dupla com 30m de comprimento e folha simples com 300m de comprimento.

Qualquer outro ponto elucidado para habilitação será matéria de observação de setor competente em conjunto com a manifestação emitida por esta Gerência para o devido prosseguimento do processo em epígrafe, não cabendo a esta área a avaliação de documentações jurídicas e econômico-financeiras.

A determinação da demonstração da qualificação técnica tem seu fundamento no princípio da eficiência, consagrado no Art. 37 da Carta Magna da República. Neste sentido, o professor Marçal Justen Filho leciona:

“A proposta deverá ser avaliada segundo os critérios de aceitabilidade determinados na lei e no edital. Esses critérios envolvem inclusive o padrão mínimo de qualidade aceitável. A administração não pode aceitar um objeto destituído da qualidade mínima necessária a satisfazer as necessidades a que se destina. O interesse em obter a proposta mais vantajosa não autoriza a administração a ignorar a qualidade mínima aceitável.”

A requisição também se encontra balizada nas instruções preconizadas na letra do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com o

entendimento exarado pela jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1.046/2014, dizendo que:

"No tocante ao receio expressado pelo CFC de que a falta de avaliação técnica das propostas poderia levar empresas sem capacitação a assumir a execução do objeto, partilho do entendimento da unidade técnica no sentido de que isso seria evitado com a definição, no termo de referência do pregão, dos padrões/especificações exigidos para a garantia de qualidade do serviço. Ademais, no pregão, a capacidade técnica não é ignorada, sendo sua análise tão somente transferida para momento posterior (fase de habilitação)".

Ora, acerca das exigências de qualificação técnica compatíveis com o objeto da licitação, cabe dizer, não caracterizam qualquer prejuízo ou restrição ao caráter competitivo do certame. Também o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o tema no julgamento do REsp nº 1.257.886/PE, 2ª T., rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 03.11.2011, DJe de 11.11.2011):

"4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica (...)
5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado". (...)

Justifica-se, portanto, tal premissa tendo em vista a conjugação deste aos princípios norteadores da licitação, visto que, ainda, há previsão legal para tanto e, sendo essa alinhada à jurisprudência, nesses termos, percentuais e condições, tal imposição é:

- 1. Adequada** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio a qualificação técnica o fim visado);
- 2. Necessária** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais);
- 3. Proporcional** em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores, uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das propostas mais vantajosas).

Assim, a qualificação técnica, como critério de seleção do fornecedor/prestador de serviços, se mostra imprescindível para uma contratação/aquisição equilibrada prezando pela qualidade mínima, experiência e compatibilidade necessária, como forma de garantir condições adequadas para suprir sua destinação em sua plenitude visando o interesse público e atendimento à coletividade.

9. Estimativa do valor da aquisição:

A estimativa da aquisição será informada em tempo pelo setor responsável. Segue quadro com memória de cálculo:

SÉRIE HISTÓRICA E MEMÓRIA DE CÁLCULO					
PROCESSO	ITEM	ATA	VIGÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR
SMSPRO-2024/61385	Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento.	363/2023	12 MESES	1.074.228 UNIDADES	R\$ 2.169.940,56
SMSPRO-2024/61385	Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento.	363/2023	12 MESES	7686 PCTs. 8 ROLOS	R\$ 222.432,84

10. Adequação orçamentária:

A adequação orçamentária caberá ao setor competente pelo tema, em etapa pertinente para providências e em conformação com o planejamento que consta previsto na Lei nº. 9.276, de 13 de janeiro de 2026, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual - LOA), na Lei nº. 9.275, de 13 de janeiro de 2026, que institui o Plano Plurianual (PPA) do Município do Rio de Janeiro para o quadriênio 2026 a 2029, na Lei nº 8.994, de 17 de julho de 2025, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026.

A despesa deverá ocorrer através do Programa de Trabalho (PT) 18.01.10.126.0318.2018 - Natureza da Despesa (ND) 3.3.90.39.13 e Fonte de Recurso 1.500.181.

11. Definição do regime e do local da entrega:

Conforme descrito nos subitens 1.3.1 e 1.3.2 deste Termo:

As entregas deverão ser realizadas nos endereços das Unidades de acordo com o **ANEXO I**;

As entregas ocorrerão de forma descentralizada e parcelada, conforme necessidade das Unidades requisitantes, seguindo a Planilha de Distribuição disposta no **ANEXO II**, tendo o prazo de 30 dias para entrega após a assinatura de instrumento pertinente.

12. Elementos necessários à gestão da aquisição, na forma do art. 41 do Decreto Rio nº 51.629/2022:

Seguindo a ordem dos incisos do dispositivo legal:

I - Cronograma de execução física, com os principais serviços ou bens que a compõem e a previsão estimada de desembolso para cada uma delas, e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da solução a ser contratada – não é pertinente a esta área técnica, restando tal manifestação a cargo de setor competente;

II - Fixação de critérios de avaliação dos serviços prestados (no presente caso, aquisição) – IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para avaliação da entrega no item 7.2;

III - Indicação dos quantitativos demandados para planejamento e gestão das necessidades – item 1.3;

IV - Garantia de inspeções e diligências, quando aplicável, e sua forma de exercício – Não aplicável;

V - Definição dos meios, físicos ou digitais, para comunicação entre o contratante e o contratado – Item 1.1;

VI - Exigência ou não de garantia contratual, na forma dos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021 – O edital/instrumento convocatório disciplinará sobre garantia da contratação.

13. Divisibilidade do aspecto de cota ou exclusividade para ME e EPP:

A demanda é disposta em itens, conforme critério de julgamento adotado, com entrega parcelada, ou seja, não haverá o esgotamento do total na primeira compra, assim sendo a entrega se dará de acordo com a necessidade.

Tratando do caráter de divisibilidade quanto a ME e EPP, o objeto se configura com a possibilidade da divisibilidade com base na Lei Complementar n.º 123/2006 c/c a Resolução SMA n.º 1594/2010, Decreto Rio n.º 31.349/2009, normativas aplicáveis e conforme conclusão de pesquisa de preço.

14. Preponderância de mão de obra e finalidade:

Este processo trata de aquisição, não havendo, portanto, preponderância de mão de obra.

15. Considerações finais:

15.1 As partes se obrigam igualmente ao disposto em Termo de Referência (TR);

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

Leonardo Fernandes Valladares
Gerente III – S/IVISA-RIO/CTATS/GAO
Matrícula: 11/271.520-9

ANEXO I – ENDEREÇO DAS UNIDADES PARTICIPANTES

LOCAIS DE ENTREGA	
UNIDADES	ENDEREÇOS
CAP 1.0	RUA EVARISTO DA VEIGA, 16 - CENTRO - RJ
CAP 2.2	RUA CONDE DE BONFIM, 764 - TIJUCA - RJ
CAP 3.1	RUA SÃO GODOFREDO S/Nº - PENHA- RJ
CAP 3.2	RUA AQUIDABÃ, 1037 - LINS DE VASCONCELOS - RJ
CAP 3.3	RUA MANUEL MARTINS Nº 53 - MADUREIRA - RJ
CAP 4.0	AV AYRTON SENNA, 2001 BL C BARRA DA TIJUCA - RJ
CAP 5.1	AV. CARLOS PONTES, S/N - SULACAP - RJ
CAP 5.2	ESTR. DO CAMPINHO, 2899- CAMPO GRANDE - RJ

CAP 5.3	RUA ÁLVARO ALBERTO, 601- SANTA CRUZ - RJ
POLI HÉLIO PELLEGRINO	RUA DO MATOSO, 96 - TIJUCA - RJ
CMS OSCAR CLARK	RUA GEN. CANABARRO, 345 - MARACANÃ - RJ
CAPS AD MANE GARRINCHA	AV. PROF. MANOEL DE ABREU, 196 - MARACANÃ - RJ
CMS HEITOR BELTRÃO	RUA DES. IZIDRO, 144 - TIJUCA - RJ
CMS MARIA AUGUSTA ESTRELLA	RUA VISC. DE SANTA ISABEL, 56 - VILA ISABEL - RJ
POLI NEWTON ALVES CARDOSO	RUA ANTÔNIO MONTEIRO, 191 - ILHA DO GOVERNADOR - RJ
POLI JOSE PARANHOS FONTENELLE	RUA LEOPOLDINA REGO, 700 - OLARIA - RJ
CMS NECKER PINTO	ESTR. DO RIO JEQUIÁ, 428 - ZUMBI (ILHA DO GOVERNADOR) - RJ
CMS M ^o CRISTINA ROMA PAUGARTTEN	RUA JOAQUIM GOMES, 124-194 - RAMOS - RJ
CMS AMÉRICO VELOSO	RUA GERSON FERREIRA, 100 - RAMOS - RJ
CMS MADRE TEREZA DE CALCUTA	AV. ILHA DAS ENXADAS, 100 - BANCÁRIOS - RJ
CMS ENGENHO DE DENTRO	AV AMARA CAVALCANTI, 1387 - TODOS OS SANTOS - RJ
CMS CESAR FERNETTA	RUA ANA BARBOSA, 21 - MÉIER - RJ
POLI RODOLPHO ROCCO	ESTR. ADHEMAR BEBIANO, 339 - DEL CASTILHO - RJ
CMS HARVEY RIBEIRO DE SOUZA FILHO	AV. GUIOMAR NOVAES, 133 - RECREIO DOS BANDEIRANTES - RJ
CMS CECILIA DONNANGELO	ESTR. DOS BANDEIRANTES, 21136 - VARGEM GRANDE - RJ
CMS HAMILTON LAND	RUA EDGARD WERNECK, 1601- CIDADE DE DEUS - RJ
CMS JORGE SALDANHA	AV. GEREMÁRIO DANTAS, 135 - JACAREPAGUÁ - RJ
POLI NEWTON BETHLEM	RUA BARÃO, 259 - PRAÇA SECA - RJ
POLI MANOEL GUILHERME PAM BANGU	AV. RIBEIRO DANTAS, 571 - BANGU - RJ
POLI LINCOLN DE FREITAS FILHO	RUA ÁLVARO ALBERTO, 601 - SANTA CRUZ - RJ
CAPS SIMAO BACAMARTE	RUA SENADOR CAMARÁ, 224 - SANTA CRUZ - RJ
IVISA - Rio	RUA DO LAVRADIO, 180 - CENTRO - RJ
INSTITUTO PHILIPPE PINEL - IMPP	AV. VENCESLAU BRAS, 65 – BOTAFOGO - RJ
INST. MUNIC. NISE DA SILVEIRA - IMANS	RUA RAMIRO MAGALHÃES, 521 – ENGENHO DE DENTRO - RJ
INST. MUNIC. JULIANO MOREIRA	ESTRADA RODRIGUES CALDAS, 3400 – TAQUARA - RJ
H.M. SOUZA AGUIAR	PRAÇA DA REPÚBLICA, 111 – CENTRO - RJ
H.M. ROCHA FARIA	AV. CESÁRIO DE MELO, 3215 – CAMPO GRANDE - RJ
H. MAT. ALEXANDER FLEMMING	RUA JORGE SCHMIDT, 331 - MAL. HERMES - RJ
H. M. PAULINHO WERNECK	ESTRADA DA CACUIA, 475 – ILHA DO GOVERNADOR - RJ
H.M. DO ANDARAÍ	RUA LEOPOLDO, 280 – ANDARAÍ - RJ
H. MAT FERNANDO MAGALHÃES	RUA GEN. JOSÉ CRISTINO, 87 - SÃO CRISTOVÃO - RJ
H. MAT. HERCULANO PINHEIRO	RUA ANDRADE FIGUEIRA, MADUREIRA - RJ
H. MAT CARMELA DUTRA	RUA AQUIDABÃ, 1037 - MÉIER - RJ
H. M. DA MULHER MARISKA RIBEIRO	PRAÇA PRIMEIRO DE MAIO, S/N - BANGU - RJ
H.M MIGUEL COUTO	RUA MARIO RIBEIRO, 117 - GÁVEA - RJ
H. MUNICIPAL PIEDADE	RUA DA CAPELA, 96 - PIEDADE - RJ
H. M. SALGADO FILHO	RUA ARQUIAS CORDEIRA, 370 - MÉIER - RJ
H.M. NOSSA SENHORA DO LORETO	RUA TAIFEIRO OSMAR DE MORAES, 26 – GALEÃO -RJ
H.M. ALVARO RAMOS	AV. ADAUTO BOTELHO, S/N - TAQUARA - RJ
H. MUNICIPAL JESUS	RUA OITO DE DEZEMBRO, 717 - VILA ISABEL - RJ
H.M. ROCHA MAIA	RUA GEN. SEVERIANO, 91 - BOTOFOGO - RJ
H.M FRANCISCO DA SILVA TELLES	AV. UBIRAJARA, 25 - IRAJÁ - RJ
UPA MANGUINHOS	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 1.390 – MANGUINHOS - RJ
UPA ALEMÃO	ESTR. DE ITARARÉ, 951 - RAMOS - RJ
UPA 24H ROCINHA	ESTR. DA GÁVEA, 520 - ROCINHA - RJ
NÍVEL CENTRAL	RUA AFONSO CAVALCANTI, 455 - CIDADE NOVA – RJ

ANEXO II – PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES PARTICIPANTES

NOME PADRONIZADO (CIL)

NÍVEL CENTRAL E SUBHUE	UNIDADES	Papel higiênico em folha dupla, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 30m de comprimento. Código SIGMA 8540.02.005-88 Código BR 224638	Papel higiênico em folha simples, na cor branca, 1º qualidade, em rolo medindo 10cm de largura por 300m de comprimento. Código SIGMA 8540.02.026-02 Código BR 233648
	H.MAT. ALEXANDER FLEMMING	34.000	0
	H.MAT. HERCULANO PINHEIRO	77.800	0
	H.MAT. FERNANDO MAGALHÃES	48.000	1.200
	H.MAT. CARMELA DUTRA	34.000	0
	H.M. DA MULHER MARISKA RIBEIRO	78.000	10.000
	H. M. SOUZA AGUIAR - HMSA	100.000	100.000
	H.M. MIGUEL COUTO - HMMC	14.000	6.000
	H.M. PIEDADE - HMP	24.000	48.000
	H.M. ROCHA FARIA - HMRF	9.216	0
	H.M. SALGADO FILHO - HMSF	24.000	48.000
	H.M. N. Sra. DO LORETO - HMNSL	8.300	1.200
	H.M. ALVARO RAMOS - HMAR	18.000	0
	H. MUNICIPAL JESUS - HMJ	100.000	100.000
	H.M. ROCHA MAIA - HMRM	38.500	25.000
	H.M. PAULINHO WERNECK - HMPW	26.400	0
	H.M. FRANCISCO DA SILVA TELLES - HMFST	3.600	7.200
	H.M. DO ANDARAÍ - HMA	24.000	48.000
	INSTITUTO PHILIPPE PINEL - IMPP	1	0
	INST. MUNIC. NISE DA SILVEIRA - IMANS	5	2
	INST. MUNIC. JULIANO MOREIRA - IMAJM	2	0
	UPA 24H ROCINHA	15	3
	UPA MANGUINHOS	12	2
	UPA ALEMÃO	15	2
IVISA	IVISA-Rio	13.062	0
	CAP 1.0	16.896	1.440
	CAP 2.2	2.400	0
	CAP 3.1	10.752	0
	CAP 3.2	500	200
	CAP 3.3	1.536	0
	CAP 4.0	3.000	480
	CAP 5.1	288	2.304
	CAP 5.2	14.080	110
	CAP 5.3	1.500	100
	POLL. HELIO PELLEGRINO	7.115	0

SUBPAV	CMR OSCAR CLARK	9.215	0
	CAPS AD MANE GARRINCHA	1.535	0
	CMS HEITOR BELTRÃO	9.215	0
	CMS MARIA AUGUSTA ESTRELLA	2.520	0
	POLI NEWTON ALVES CARDOSO	7.680	0
	POLI JOSE PARANHOS FONTENELLE	7.680	0
	CMS NECKER PINTO	3.840	0
	CMS MARIA CRISTINA ROMA PAUGARTTEN	3.840	0
	CMS AMERICO VELOSO	3.840	0
	CMS MADRE TEREZA DE CALCUTA	3.840	0
	CMS ENGENHO DE DENTRO	512	0
	CMS CESAR PERNETTA	500	0
	POLI RODOLPHO ROCCO	3.456	0
	CMS HARVEY RIBEIRO DE SOUZA FILHO	2.160	480
	CMS CECILIA DONNANGELO	1.920	384
	CMS HAMILTON LAND	1.920	420
	CMS JORGE SALDANHA	2.400	840
	POLI NEWTON BETHELEM	2.400	1.800
	POLI MANOEL GUILHERME PAM BANGU	7.200	3.600
	POLI LINCOLN DE FREITAS FILHO	1.500	2.401
	CAPS SIMÃO BACAMARTE	0	500
QUANTIDADE ANUAL		810.168	409.668
QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA (ANUAL + IST DE 25%)		1.012.710	512.085



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO FERNANDES VALLADARES, Gerente III**, em 11/05/2026, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 26 do [Decreto Rio nº 57.250, de 19 de novembro de 2025](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://prefeitura.sei.rio/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0&cv=3908398&crc=7D145AD0, informando o código verificador **3908398** e o código CRC **7D145AD0**.